

SUMÁRIO

Considerações iniciais: o domínio das normas sobre as relações jurídicas.....	XXI
Parte I – Teoria geral do direito internacional privado.....	1
1 Noções, conceito, fundamentos e objeto do direito internacional privado.....	3
1.1 Noções introdutórias: o ponto de partida.....	3
1.2 Sobre o conceito de direito internacional privado.....	4
1.2.1 Elemento estrangeiro: significado e função.....	7
1.2.2 Fatos jurídicos tradicionais × fatos mistos/multinacionais.....	9
1.3 Premissas fundamentais do direito internacional privado (sua lógica e razão).....	9
1.4 Adensamento das noções e da terminologia do direito internacional privado.....	13
1.5 O objeto do direito internacional privado.....	13
1.6 Epílogo: as novas tendências e o “Novo DIPr”.....	17
1.6.1 Função renovada e ampliada do objeto do “Novo DIPr”.....	19
1.6.2 Função harmonizadora ou de aproximação.....	20
1.6.3 Funções histórica e internacional.....	20
1.6.4 A interpretação constitucional do “Novo DIPr”.....	20
1.6.5 Interpretação constitucional do “Novo DIPr” e a ordem pública.....	21
1.6.6 A prevalência dos princípios constitucionais e dos direitos humanos na análise e julgamento dos casos de “DIPr”.....	22
1.6.6.1 Perspectiva prática (estudo de caso): infração aos direitos humanos reconhecidos aos autores, inventores e desenvolvedores.....	22
2 Fundamentos históricos e a origem dos conflitos de leis no espaço.....	29
2.1 Fundamentos históricos dos conflitos de leis no espaço: a construção do DIPr.....	29
2.1.1 Fase pré-doutrinária.....	30
2.1.1.1 A ordem jurídica romana.....	30

2.1.2	Fase doutrinária (os séculos XIII-XIX)	33
2.1.2.1	Conflitos entre o direito territorial/nacional e o direito estrangeiro	33
2.1.2.2	Conflitos entre o direito pessoal e o direito territorial – as escolas estatutárias	33
2.1.2.2.1	Os estatutários – o começo: o Mestre Aldricus	34
2.1.2.2.2	Os pós-glosadores – Bartolo e a escola estatutária italiana (século XIV)	35
2.1.2.2.3	D'Argentré e a escola estatutária francesa (século XVI)	38
2.1.2.2.4	Ulric Huber e a escola estatutária holandesa (século XVII).....	39
2.1.2.2.5	A escola estatutária alemã (século XVIII)...	43
2.1.2.2.6	O legado das escolas estatutárias.....	44
2.1.3	Fase das codificações	46
2.1.3.1	As primeiras tentativas de codificação (1756-1811) – os códigos bávaro e prussiano	46
2.1.3.2	Os códigos da França e da Áustria	47
2.1.4	Fases moderna e contemporânea (séculos XIX e seguintes)....	47
2.1.4.1	Teoria de Joseph Story.....	48
2.1.4.2	Teoria de F. Carl von Savigny	50
2.1.4.3	Teoria de Pasquale S. Mancini	54
2.1.4.4	Teoria de Antoine Pillet	58
2.1.4.5	Os ensinamentos de Machado Villela.....	61
2.1.4.6	Os ensinamentos de Werner Goldschmidt	62
2.1.4.7	Resumo dos princípios dominantes	63
2.1.4.8	Doutrinadores contemporâneos	64
3	Fontes do direito internacional privado	67
3.1	As fontes estudadas sob a perspectiva da interpretação consistente, interativa e evolutiva	67
3.2	Modelos e classificações das fontes do direito internacional privado	68
3.3	Fontes internas: os códigos e leis de DIPr.....	73
3.3.1	Contextualização da lei interna como fonte do direito internacional privado: breve perspectiva de direito comparado.....	73
3.3.2	Aspectos gerais da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antes denominada LICC)	77
3.3.3	A unidade das fontes no sistema brasileiro de direito internacional privado.....	82
3.3.4	Descodificação do direito internacional privado e a internacionalização de valores constitucionais estatais	83
3.4	Fontes internacionais: tratados e convenções.....	84

3.4.1	A importância das fontes convencionais na atualidade do direito internacional privado.....	84
3.4.2	A substantivação das normas de direito internacional privado pelas fontes convencionais.....	86
3.4.3	O papel da Conferência de Haia no adensamento das fontes convencionais de DIPr.....	89
3.4.4	Tratados e convenções de direito internacional privado relevantes para a prática brasileira.....	92
3.4.5	Convenções e tratados ratificados e não ratificados pelo Brasil.....	100
3.4.5.1	Aplicação dos princípios constitucionais pós-Constituição Federal de 1988 e pós-Emenda Constitucional nº 45/2004 na prevalência dos tratados sobre a lei interna.....	100
3.4.5.1.1	Razões e fundamentos interpretativos dos §§ 1º e 2º do art. 5º da CF: as decisões recentes do STF.....	100
3.4.5.2	Aplicação dos tratados e convenções não ratificados como forma de manifestação doutrinária, dos usos e costumes.....	107
3.4.5.3	Aspectos de direito internacional público.....	108
3.4.5.4	Aspectos de direito internacional privado.....	109
3.4.6	Fontes comunitárias e regionais: os exemplos da União Europeia e do Mercosul.....	114
3.4.6.1	Direito da União Europeia e fontes do DIPr.....	114
3.4.6.2	O Mercosul e o direito internacional privado.....	118
3.4.6.2.1	Emenda Regimental do STF que regulamentou a solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	121
3.5	O costume internacional – convenção tácita confirmada pela tradição e que se deduz da autoridade dos Estados.....	122
3.6	A jurisprudência.....	124
3.7	A doutrina jusprivatista internacional.....	130
3.8	As fontes institucionais e as normas narrativas no DIPr (<i>soft law</i> ?).....	132
3.8.1	O Instituto de Direito Internacional (<i>Institut de Droit International</i>).....	138
3.8.2	O Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT).....	141
3.9	Direito internacional privado, direito transnacional e nova <i>lex mercatoria</i>	143
3.10	Observações de final de capítulo.....	147

4	As normas de direito internacional privado: estrutura, classificação e função	153
4.1	A estrutura formal da norma.....	153
4.2	A estrutura material da norma.....	155
4.3	A função da norma.....	156
4.4	Classificação da norma (taxinomia).....	156
4.4.1	O sentido atual da divisão do direito em público e privado...	156
4.5	A natureza das normas de direito internacional privado.....	157
4.5.1	A natureza da relação jusprivatista internacional.....	157
4.5.2	A localização das normas de direito internacional privado na legislação.....	158
4.5.3	A “concepção civilista” do direito internacional privado.....	158
	Parte II – Direito internacional privado no Brasil	161
5	Os principais elementos de conexão do sistema de direito internacional privado brasileiro	163
5.1	O domicílio: para as relações de estado e capacidade das pessoas e os direitos de família.....	163
5.1.1	Âmbito de aplicação do art. 7º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	164
5.1.2	Fundamentos históricos e valorativos do domicílio como regra de conexão no direito internacional privado e o contexto brasileiro.....	167
5.1.3	Regras de conexão do domicílio e da nacionalidade na determinação do direito aplicável às relações jurídicas relativas ao estado da pessoa, capacidade e direitos de família.....	169
5.1.4	Indeterminação do domicílio e sucessividade de elementos de conexão para a escolha da lei aplicável.....	172
5.2	O lugar da situação do bem – “ <i>Lex rei sitae</i> ”: para os direitos reais.....	174
5.3	O lugar da constituição da obrigação – “ <i>Locus regit actum</i> ” ou “ <i>ius loci celebrationis</i> ”: para o direito das obrigações.....	174
5.4	O lugar do último domicílio do falecido ou desaparecido: para o direito das sucessões.....	175
5.5	O lugar da constituição das sociedades e fundações: para as pessoas jurídicas.....	176
5.6	Pessoa jurídica de direito estrangeiro no direito internacional privado – a determinação da <i>lex societatis</i>	177
6	Aplicação do direito estrangeiro	181
6.1	A natureza do direito estrangeiro aplicado.....	181
6.2	Aspectos gerais da aplicação do direito estrangeiro, conflito de qualificações e a técnica do reenvio.....	181

6.3	A questão do reenvio no direito internacional privado e sua abordagem teórica.....	184
6.3.1	Proibição do reenvio no direito internacional privado brasileiro...	186
6.4	A prova do direito estrangeiro.....	188
6.4.1	Método e aplicação do direito estrangeiro	188
6.4.2	Prova do direito estrangeiro e aspectos relacionados à averiguação de seu “texto”, “vigência” e “sentido”.....	190
6.4.3	O adensamento da análise	191
6.4.4	Meios de averiguação e constatação do direito estrangeiro indicado pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	195
6.4.5	Regime de provas dos fatos ocorridos no estrangeiro	197
6.4.5.1	A prova dos fatos ocorridos no estrangeiro e o âmbito de aplicação do art. 13 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	197
6.4.5.2	A não admissibilidade de provas estrangeiras segundo o direito brasileiro: o filtro da “ordem pública”	200
6.5	A jurisprudência dos nossos tribunais	201
6.6	A ordem pública como limite à aplicação do direito estrangeiro.....	216
6.6.1	Noções de ordem pública sob a perspectiva do direito internacional privado: importância e função.....	216
6.6.1.1	Análise do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	217
6.6.1.2	Âmbito de aplicação do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	218
6.6.1.3	Relação entre “ordem pública” e aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional.....	219
6.6.1.4	Ordem pública interna × ordem pública internacional...	222
6.6.1.5	A ordem pública como anteparo, filtro ou obstáculo à aplicação do direito estrangeiro e ao reconhecimento dos fatos, atos e declarações de vontades ocorridas no exterior.....	223
6.6.1.6	Efeitos práticos da aplicação do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no direito brasileiro e na prática jurisprudencial	225
6.6.1.7	Doutrina da aproximação ou adaptação	226
6.6.2	Ordem pública e execução de sentenças estrangeiras	228
7	Aquisição da nacionalidade e a condição jurídica do estrangeiro no Brasil: novo cenário jurídico-político pós-promulgação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	229
7.1	A nova Lei de Migração Brasileira e o direito constitucional internacional.....	229

7.1.1	A constitucionalização de princípios fundamentais.....	230
7.1.2	A constitucionalização do direito humanitário.....	230
7.1.3	A internacionalização do direito interno brasileiro.....	230
7.1.4	A prevalência dos tratados sobre as leis internas.....	231
7.1.5	Incorporação ao direito brasileiro de regras e princípios do Tribunal Penal Internacional.....	232
7.2	Da nacionalidade e da naturalização.....	232
7.2.1	Da nacionalidade brasileira.....	233
7.2.2	Das condições de naturalização.....	233
7.2.3	Da perda e reaquisição da nacionalidade.....	234
7.3	Do migrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida.....	234
7.4	Dos efeitos extraterritoriais da Nova Lei de Migração: políticas públicas para os emigrantes.....	235
7.5	O cenário legal nacional e extraterritorial: a nova política migratória brasileira.....	236
7.5.1	Da nova política migratória.....	236
7.5.2	Dos vistos e suas modalidades.....	236
7.5.3	Dos registros.....	237
7.5.3.1	Do residente fronteiriço.....	237
7.5.3.2	Outras autorizações de residência.....	237
7.6	Do impedimento de ingresso no Brasil.....	238
7.7	Das medidas de retirada compulsória.....	238
7.7.1	Da repatriação.....	239
7.7.2	Da deportação.....	239
7.7.3	Da expulsão.....	239
7.8	Da extradição como medida de cooperação judiciária.....	239
7.9	Outras medidas de cooperação judiciária.....	240
7.9.1	Transferência de execução de pena.....	240
7.9.2	Transferência de pessoa condenada.....	241
8	Do asilo político e do refúgio.....	243
8.1	Do asilo diplomático.....	243
8.2	Dos documentos necessários.....	245
8.3	Do refúgio.....	245
8.3.1	Da solicitação do refúgio.....	246
9	Atos praticados no exterior perante autoridades consulares brasileiras: validade no Brasil.....	247
9.1	Análise do art. 18 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	247
9.1.1	Competência das autoridades consulares brasileiras para a realização de atos da vida civil no estrangeiro.....	248

9.1.2	Âmbito de aplicação do art. 18 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a celebração de atos da vida civil pelas autoridades consulares	250
9.2	A validade dos atos da vida civil realizados no exterior perante autoridade consular brasileira	251
9.2.1	Condições de validade dos atos.....	252
Parte III – Processo civil internacional.....		255
10	Competência do juiz brasileiro	257
10.1	Aspectos da competência internacional do juiz brasileiro.....	257
10.1.1	A competência internacional e o âmbito de aplicação do art. 12 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	258
10.1.2	A competência internacional no Código de Processo Civil de 1973 e no Novo Código de Processo Civil	264
10.1.3	Competência internacional concorrente em causas relativas a réu domiciliado no Brasil e obrigações exequíveis em território nacional.....	266
10.1.4	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira e <i>forum rei sitae</i> (ações sobre bens imóveis).....	268
10.1.5	Cooperação judiciária internacional e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente: facilidades e a nova prática trazida pelo novo CPC.....	270
10.1.5.1	Aspectos gerais da cooperação judiciária internacional e o direito brasileiro.....	270
10.1.5.2	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro de 1942 e as cartas rogatórias: aspectos do procedimento ordinário para o <i>exequatur</i>	272
10.1.5.3	A concessão do <i>exequatur</i> às cartas rogatórias: comparação entre as regras do novo CPC e do Regimento Interno do STJ com as alterações da Emenda Regimental nº 18, de 17 de dezembro de 2014.....	276
10.1.5.4	Procedimento especial para <i>exequatur</i> de cartas rogatórias no Mercosul: o Protocolo de Las Leñas de 1992	283
10.1.6	Litispendência internacional: o princípio da não simultaneidade em direito internacional privado	284
10.1.6.1	O art. 24 do novo CPC e o princípio da não simultaneidade	285
10.1.6.2	Não simultaneidade \times não sucessividade	287
10.2	Como o juiz nacional deve interpretar e aplicar o direito estrangeiro ..	287
10.3	Os recursos cabíveis contra a não aplicação, aplicação errônea e má interpretação do direito estrangeiro	288

10.4	Estudo de caso: a competência da justiça brasileira e a Convenção de Haia sobre Sequestro Internacional de Menores	289
10.4.1	Análise conjunta da Convenção de Haia e da Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças.....	290
10.4.2	Controvérsias (nacionais e internacionais) sobre a aplicação da Convenção de Haia.....	290
10.4.3	A aplicação com restrições da Convenção de Haia.....	291
10.4.4	A Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no STF contra a Convenção de Haia	292
10.4.5	O poder-dever do juiz no caso concreto e a Convenção de Haia...	293
10.4.6	A confusão entre a “antecipação de tutela” do CPC e a figura do “retorno imediato” da Convenção de Haia.....	294
11	Sentenças estrangeiras no Brasil.....	295
11.1	Princípios fundamentais sobre o reconhecimento e execução das sentenças estrangeiras	296
11.2	Âmbito de aplicação do art. 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a execução de sentenças proferidas no estrangeiro....	298
11.3	Disciplina geral da homologação de sentenças estrangeiras no direito brasileiro	299
11.3.1	Aspectos preliminares: a competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	299
11.4	Juízo de delibação e requisitos para execução de sentenças (e decisões) estrangeiras: quadro comparativo entre o novo CPC e o Regimento Interno do STJ.....	300
11.5	Disciplina especial de homologação de sentenças estrangeiras no âmbito do Mercosul – a aplicação do Protocolo de Las Leñas.....	309
11.6	Desnecessidade de homologação de sentenças estrangeiras meramente declaratórias de estado da pessoa.....	312
11.7	Estudo de casos: a noção de ordem pública na atualidade do STJ e dos Tribunais dos Estados	313
11.7.1	O Caso Viagra.....	313
11.7.2	Casos relativos à cobrança de dívida contraída no exterior por meio de jogos de azar – efeitos no Brasil.....	316
11.7.3	Caso relativo à flexibilização das exigências de citação.....	325
11.7.4	Caso de cláusula de eleição de foro e direito estrangeiro aplicável x o direito do consumidor.....	325
12	Arbitragem	327
12.1	Reflexões (atuais) sobre a escolha do procedimento arbitral como método de solução de controvérsias de natureza patrimonial (mitos e realidade)...	327
12.2	Revisão imprescindível da finalidade da arbitragem e seu papel institucional	329

12.3	Comportamento das partes, dos advogados e dos árbitros: necessidade de observância dos princípios elementares do processo arbitral.....	331
12.4	Postura das partes na arbitragem	333
12.5	Efetividade e neutralização do conflito	336
12.6	Manifestação das partes e oportunidades conferidas pela arbitragem ...	336
12.7	Confidencialidade e proteção dos segredos envolvidos na disputa comercial.....	336
12.8	Observância do princípio da cordialidade e da preservação das boas relações.....	337
12.9	Observância do princípio da não surpresa.....	337
12.10	Atuação dos advogados	338
12.11	Comportamento dos árbitros e das partes no processo arbitral e celeridade do procedimento	340
12.12	Práticas frequentes de obstrução procedimental, desvios processuais e procrastinação da arbitragem	341
12.13	Decisões do STJ em procedimentos de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras: violação da ordem pública e suspeição do árbitro	344
12.13.1	Caso Merrill Lynch Capital Services Inc x Usinas Itamaraty S/A: alegação de ofensa à ordem pública	344
12.13.2	Caso ASA Bioenergy Holding AG x Adriano GDO: alegação de parcialidade do árbitro.....	345
12.14	Lei aplicável e jurisprudência	346
Parte IV – Parte especial.....		351
13	Bens.....	353
13.1	O tratamento dos bens no direito internacional privado	353
13.2	Conflito entre a lei aplicável ao contrato e aquela aplicável ao imóvel situado no Brasil	355
13.2.1	O direito material aplicável à retomada de imóvel situado no Brasil e o direito aplicável escolhido pelas partes para reger o contrato.....	355
13.2.2	A competência exclusiva do juiz togado brasileiro para as ações sobre imóveis situados no Brasil: a ordem pública e o art. 23 do novo CPC.....	357
13.2.3	As medidas processuais adequadas à retomada de imóvel situado no Brasil e a imperiosa aplicação do direito processual civil brasileiro: a inafastabilidade da “Lex Fori”	360
13.3	“Bens sem localização permanente” e lei do domicílio do proprietário ...	361
13.4	Os direitos reais sobre garantia, penhor e lei do domicílio do possuidor.....	363
13.5	Navios, aeronaves e embarcações	363

14	Obrigações	365
14.1	Lei aplicável às obrigações no direito internacional privado	365
14.2	Autonomia da vontade e lei aplicável às obrigações contratuais.....	366
14.2.1	O princípio da “autonomia da vontade” no contexto das arbitragens internacionais do comércio e a regra do art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	370
14.2.2	Observância dos princípios da interpretação consistente e evolutiva.....	371
14.3	Obrigações a serem executadas no Brasil e lei aplicável: o problema das obrigações de fundo.....	374
14.4	Necessidade de adaptação da regra de conexão para a determinação da lei aplicável em matéria contratual: uma dose de criticismo	375
14.5	A “nova lex mercatoria” como opção para a lei aplicável aos contratos?.....	377
15	Direito de família	381
15.1	Lei aplicável às relações jurídicas de direitos de família e para o casamento realizado no Brasil	381
15.2	Celebração de casamento de estrangeiros perante autoridades diplomáticas e consulares	383
15.3	Regime de bens no casamento e lei aplicável – técnica de determinação do domicílio conjugal	384
15.4	O divórcio ocorrido no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil....	387
16	Direito das sucessões	389
16.1	As concepções unitarista e pluralista no DIPr sobre direitos sucessórios.....	389
16.2	Sucessão testamentária e aspectos de direito internacional privado.....	394
16.2.1	Validade extrínseca e intrínseca do testamento celebrado no exterior.....	395
16.3	Efeitos econômicos da concepção unitarista e a “lei do último domicílio do falecido”	397
16.4	Proteção da condição da mulher e dos filhos brasileiros no DIPr: o alcance normativo do art. 10 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e da Constituição de 1988	397
16.5	Domicílio do herdeiro ou legatário e capacidade para a sucessão	398
17	Pessoas jurídicas	401
17.1	Implicações do reconhecimento da pessoa jurídica de direito estrangeiro.....	401
17.2	Regime jurídico do funcionamento de filiais, agências e estabelecimentos da pessoa jurídica de direito estrangeiro no Brasil.....	402

17.3	Aquisição de bens imóveis no território nacional por sujeitos de direito internacional público: Estados e organizações internacionais.....	405
17.3.1	Regra geral e a proibição de aquisição de bens imóveis em território nacional.....	405
17.3.2	Aquisição de bens imóveis pelo Estado estrangeiro para fins diplomáticos e consulares.....	406
	Bibliografia temática	409
	Índice remissivo	449